

## Prefácio

A obra de Susana Silva representa um marco importante para a compreensão, no contexto português, das dinâmicas sociais, ideológicas e emocionais associadas à aplicação de tecnologias médicas no processo de reprodução humana. Tendo sido o trabalho da autora já amplamente divulgado noutros países, por via da publicação de artigos científicos em revistas académicas no Brasil, Estados Unidos da América e Reino Unido, o público em Portugal tem agora a oportunidade de conhecer em profundidade os resultados de uma investigação que explora, do ponto de vista de diferentes atores, tópicos que podem ser altamente controversos e que suscitam questões éticas complexas que decorrem de expectativas e esperanças depositadas na medicina, mas também de polémicas, riscos e incertezas associados à procriação medicamente assistida. Um repertório heterogéneo e desigual de posicionamentos sobre este tema é discutido neste livro e analisado a partir da recolha de experiências e de saberes diferentemente situados – oriundos de «leigos» (mulheres e homens que tiveram um filho ou tentaram conceber com recurso a técnicas de procriação medicamente assistida) e de «peritos» (médicos e juristas).

A abordagem sociológica e antropológica das implicações criadas nas relações sociais e nas construções identitárias pela intervenção das tecnologias médicas na reprodução humana tem salientado a diversidade e hibridez dos processos sociais associados a este fenómeno. Facilmente os cientistas sociais podem cair na tentação de pressupor que a utilização de tecnologia avançada no campo da reprodução humana automaticamente cria condições para a emergência de um novo fenómeno social. No caso do tema tratado neste

livro, poder-se-ia pensar que o potencial de transformação e mudança oferecido, ou melhor, prometido, pela tecnologia médica viria a revolucionar os modos de pensar a família, a maternidade, a paternidade e os laços entre pais e filhos. Contudo, as interações entre ciência, natureza e sociedade não se compaginam com automatismos fáceis e redutores. O trabalho de Susana Silva representa um bom exemplo de como não cair na armadilha sedutora da ideia de que a tecnologia, ao poder interferir profundamente no processo natural da reprodução, vem, por si mesma, transformar a cultura e a sociedade. Passarei a explicar porquê.

Este estudo dá-nos conta de que as técnicas de procriação medicamente assistida, mais do que desencadear algo totalmente novo, vieram, sob a roupagem do progresso e da inovação biomédica, consolidar ideologias dominantes acerca dos papéis das mulheres e dos homens na sociedade, através, como concretiza a autora, de processos sociais associados à parentalização da identidade e à genetiização da genealogia. As narrativas dos «leigos» e dos «especialistas» que aqui são detalhadas e cuidadosamente analisadas revelam representações sobre a reprodução humana, sobre o parentesco e sobre a família que consolidam, por um lado, os regimes de conhecimento e de ordem social emanados do direito e da ciência e saberes periciais e, por outro lado, revelam exemplarmente de que forma as novas tecnologias médicas vieram reforçar as bases biológicas da posição social e moral dos indivíduos, sobretudo das mulheres, enquanto alvos preferenciais da intervenção médica no domínio da reprodução humana.

Transparece neste livro o comprometimento da socióloga Susana Silva com a missão de trazer para a arena do debate público e das práticas dos profissionais de saúde e juristas a reflexividade em torno dos direitos de cidadania das mulheres e homens que utilizam serviços de procriação medicamente assistida em Portugal, nomeadamente no que diz respeito ao direito ao consentimento informado e ao acesso a informação que permita, de facto, alargar as escolhas na esfera reprodutiva. Nesse sentido, este trabalho salienta a conjugação complexa entre as ambivalências, riscos e incertezas associados às tecnologias médicas aplicadas na reprodução humana e as ideologias que sustentam o poder regulatório do direito e a máquina da verdade e da objetividade acionada pela ciência e pela tecnologia. Mas estas tensões são desconstruídas criticamente, à luz da necessidade, salientada pela autora, de convocar para o seio da discussão especializada e pericial as experiências, sentimentos e expectativas dos cidadãos.

O que para muitos poderá não passar de um ideal utópico – colocar em diálogo cidadãos, especialistas do direito e da medicina e decisores políticos – parece ser encarado, com firmeza e convicção, por Susana Silva como uma linha orientadora de ação e posicionamento ético e reflexivo na comunidade científica. O percurso de investigação realizado pela autora, focado nos impactos sociais, éticos e práticos da medicina, nomeadamente nas construções leigas em torno da parentalidade, da responsabilidade, da escolha informada e da perceção de riscos, faz acreditar que serão vários os futuros contributos para o mapeamento e compreensão aprofundada do que aqui designarei por «pragmatismo genómico cívico», numa alusão ao repertório e coreografia de saberes, experiências e práticas construídas por cidadãos em contexto biomédico. Aguardaremos, assim, que, em continuidade com a obra agora publicada, surjam mais resultados inovadores e desafiadores na área dos usos sociais das tecnologias reprodutivas e genéticas e da compreensão pública da biotecnologia, decorrentes dos projetos de investigação científica coordenados por Susana Silva e atualmente em curso, sobre as decisões dos casais em torno do destino de embriões criopreservados e acerca dos papéis parentais e formas de conhecimento em unidades de cuidados intensivos neonatais.

Helena Machado